

**Lançamento do Relatório sobre a situação mundial da população 2023 – 8 mil milhões de possibilidades infinitas, assegurando direitos e escolhas. – Fundo das Nações Unidas para a População – 19 de abril 2023**

Cara Vice-Presidente da AR,  
Cara Diretora do Fundo das Nações Unidas para a População,  
Caras e caros Senhores Deputados,

Os que me conhecem sabem que digo com frequência que sou uma otimista prudente. Também por isso não pude deixar de dirigir algumas palavras no âmbito deste relatório, que, creio, nos traz boas notícias e não ameaças de condenação, por muito que as narrativas, por vezes, tendam a ser essas, mais pessimistas e desoladoras.

Quero, aqui, referir duas breves questões, partindo de um pressuposto claro para mim: a liberdade e o respeito pelos direitos humanos de todos, sem exceção.

1. As tendências da população existem e têm impacto claro no mundo. O aumento da população tem consequências na sociedade e no ambiente, as migrações têm impacto na economia e na cultura dos países de onde se emigra e para onde se imigra. Mas tal como fomentar o aumento da natalidade não contribui para a resolução da sustentabilidade do sistema de segurança social simplesmente pelo facto de bebés não serem contribuintes fiscais à nascença, é preciso perceber que agilizar a entrada num país através de vistos ou acordos de mobilidade não aumenta necessariamente a imigração. O que garante, sim, é a redução da imigração ilegal; o que reduz, sim, é os percursos de migração perigosos com episódios que envergonham a Europa.

O aumento da população é um dos fatores que levou à mudança do paradigma das migrações, em Portugal como em tantos outros países. Não me canso de sublinhar: temos o dever moral de respeitar os Direitos Humanos e a nossa constituição que se mantém atual e mostra o caminho: os estrangeiros que se encontram em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

2. Educação sexual. Os estudos demonstram claramente que uma educação sexual abrangente contribui de forma expressiva para a redução de gravidez indesejadas, para a redução da violência de género e para a redução da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis. É, por isso, uma forma segura e eficaz de garantir que todas as mulheres têm o número de filhos que querem – e, de

facto, é isso que defendo: mais do que nos deixarmos guiar pelo medo de alguns países estarem abaixo dos 2.1 filhos por mulher (que garantiria a substituição da população), creio que todos nós devemos guiar pelo respeito pela liberdade de escolha, e pelas escolhas conscientes e informadas. Nunca é de mais sublinhar a importância da educação sexual neste âmbito, como tão bem, e em tantos fóruns diferentes, defende a Diretora do Fundo das Nações Unidas para a população.

A educação sexual é uma ferramenta concreta que permite o gozo dos direitos, o exercício dos deveres, o direito à escolha e a possibilidade da decisão responsável.

Volto onde comecei: este relatório traz boas notícias, saibamos olhá-lo com respeito pelos direitos humanos e pela liberdade de escolha.

Ana Catarina Mendes,

Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares